



“O que é lugar de fala?”

Edmar Galiza*

Resenha de: RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

*Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.
Conceição Evaristo*

Antes de escrever sobre o próprio livro, não posso deixar de mencionar sobre a audácia do projeto idealizado por Djamila Ribeiro, que é a coleção *Feminismos Plurais*¹, da Editora Letramento², a qual tem como trincheira levar de forma acessível conteúdos tão densos em uma linguagem didática, tentando dialogar com um público que não seja acadêmico, sem perder o rigor teórico e conceitual. Nesta mesma direção, a coleção se propõe a oferecer ao público obras com preço acessível. Com essas dobradiças: linguagem e preço fazem-se uma das melhores formas

* Mestre em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Arte da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Já foi professor titular na Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. No Instituto Superior de Educação Ivoti e das Faculdades Cesuca-RS e Coordenador Pedagógico no NEABI-Unisinos. E-mail: edmargaliza@gmail.com

¹ Que além do livro “O que é lugar de Fala”, traz também: *O que é empoderamento? O que é racismo estrutural?* Juliana Borges, autora de “Encarceramento em Massa”, Joice Berth, autora de “Empoderamento”, Silvio Almeida, autor de “Racismo Recreativo” e Carla Akotirene, autora de “Interseccionalidade.

² Em abril de 2019 houve um novo lançamento da coleção, mas agora pela Editora Pólen.

para disseminar o conhecimento e espalhar empoderamento a quem é de direito.

“O que é lugar de fala” é um livro que está dividido em cinco partes – uma apresentação e quatro pequenos capítulos, a saber: (1) Um pouco de história; (2) Mulher negra: o outro do outro; (3) O que é lugar de fala?; e (4) Todo mundo tem lugar de fala. O livro em estrutura física pode ser pequeno, mas em conhecimento é colossal.

Logo no início do primeiro capítulo, Djamila apresenta ao leitor a Sojourner Truth, para dar materialidade aos *“percursos de lutas e intelectuais de mulheres negras durante a história.”*³ Sojourner Truth foi uma abolicionista afro-americana que é conhecida principalmente por seu discurso “E eu não sou uma mulher?”; feito de improviso na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1851. Sua luta foi principalmente para que as mulheres negras tivessem visibilidade, principalmente como seres políticos. Aqui temos uma marca inicial que se contrapõe à universalização da categoria mulher e o nascimento de um feminismo interseccional, que não carrega em si só a questão de gênero, mas amplia trazendo para dentro do discurso e da luta a questão de raça e classe também.

Djamila Ribeiro nos mostra o que significa intersecção, que quer dizer multiplicidade: ser uma mulher negra, levando em conta outras questões *“como raça, orientação sexual, identidade de gênero.”*⁴ A interseccionalidade já estava sendo abordada na primeira onda do feminismo pelas mulheres negras, porém, devido à invisibilidade e à marginalização do protagonismo da mulher negra, essas questões da interseccionalidade voltam à cena central na pauta feminista somente na terceira onda, a qual tem Judith Butler como uma de suas raízes referenciais.

O primeiro capítulo, *“Um pouco de história”*, é uma porta de entrada aos estudos para quem não está familiarizado com a questão do feminismo e, mais especificamente, com o feminismo negro. A autora faz um pequeno apanhado histórico em que contextualiza a posição social e histórica da mulher negra, a qual além de ser negra escravizada, é aquela que sofre múltiplas violências, desde a invisibilidade até a violência sexual. Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado nesse primeiro capítulo é o uso da linguagem e como ela tem sido uma engrenagem importante para a exclusão e discriminação de certos grupos e a ocultação de determinados lugares sociais.

Djamila Ribeiro, para construir suas argumentações como *“quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são”*⁵, traz para a cena vozes de outras mulheres negras, como a professora Giovana Xavier, Lélia Gonzalez, bell hooks e Linda Alcoff. Com o intuito de problematizar, neste primeiro momento, temas como feminismo hegemônico, descolonização do

³ RIBEIRO, 2017, p. 9.

⁴ RIBEIRO, 2017, p. 21.

⁵ RIBEIRO, 2017, p. 25.

conhecimento e refutação de uma epistemologia dita neutra e universal, que na verdade trabalha para deslegitimar e calar vários outros saberes e vozes, funcionando como uma máquina de excluir pessoas, sobretudo aquelas que não tiveram acesso a uma educação ou educação de qualidade e justa.

[...] quem possui o privilégio social, possui o privilégio do epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a epistemologia eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento.⁶

No capítulo seguinte: “Mulher negra: o outro do outro”, Djamilia nos apresenta o conceito de “O outro” da feminista francesa Simone de Beauvoir, desenvolvido em seu livro “O Segundo Sexo”, de 1949. Ela entende que a estrutura projeta (no sentido de simular) a mulher, onde ela não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem, como se ela se fosse o oposto do homem, ou seja, como se ela “fosse o outro do homem, aquela que não é homem.”⁷ Pensa-se e narra-se a mulher não pelo que ela é, mas a partir do que ela não é, ou seja, a partir do outro, a partir do homem, vista como um objeto; sintetizando: a mulher seria o outro. A pergunta que fica é a seguinte: se a mulher é o outro do homem, o que seria a mulher negra? Neste aspecto, amolda-se a escritora Grada Kilomba, que, partindo dessa perspectiva, postula no seu pensamento decolonial, em que a mulher negra é o Outro do Outro, “por não serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade.”⁸ A mulher negra, nessa perspectiva, não representa a mulher (porque ela não é branca), mas também não representa o homem.

Verificamos com precisão o não-lugar da mulher negra, pois no debate e nos estudos sobre racismo, o centro da discussão é o sujeito-homem negro. Quando a discussão é sobre gênero, o centro é a mulher-branca e, quando o discurso é sobre classe, a questão sobre “raça” não tem espaço, isto é, “as mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição em um mundo polarizado em negros de um lado e mulheres de outro.”⁹

No andar do capítulo, Djamilia recorre a Audre Lorde a fim de embasar a questão das diferenças, para que possamos reconhecer as diferenças e que elas sejam tratadas como marcas de diferenças, não como algo negativo, pois mulheres negras e mulheres brancas olham e partem

⁶ RIBEIRO, 2017, p. 24-25.

⁷ RIBEIRO, 2017, p. 35.

⁸ RIBEIRO, 2017, p. 39.

⁹ RIBEIRO, 2017, p. 38.

de lugares diferentes: “O problema seria quando as diferenças significam desigualdades.”¹⁰

Os dois primeiros capítulos do livro debruçam-se sobre o percurso de historização e contextualização do movimento feminista de mulheres negras, com seu legado político e intelectual; bem como o trajeto conceitual. Uma primeira parte referenciada e emanada com falas e escritas de autoras negras.

Adentrando para a segunda parte do livro, vamos direto ao capítulo medular e que dá nome ao próprio livro, “O que é lugar de fala”. É nas últimas duas partes que a autora aprofunda o conceito de lugar de fala, iniciando com a ideia de discurso de Foucault, no qual discurso é uma prática social, imbricado na produção de saber e poder. Neste ponto, discurso não é pensado apenas como léxico, mas como uma ferramenta que constrói realidades e fabrica sujeitos. Djamila faz um aprofundamento sobre lugar de fala para dar visibilidade, ou seja, dar voz para os que sempre foram afônicos e nunca tiveram posição de fala, dar voz para os que foram excluídos no andar da história. Deixar falar quem nunca teve a oportunidade de ser ouvido, pois quem fala também quer ser ouvido. Djamila Ribeiro conduz a filósofa indiana Gayatri Spivak ao centro da discussão, mencionando a sua obra “Pode o subalterno falar?”, para dar visão à multiplicidades de vozes, de modo que todas as pessoas têm direito à fala e não se restringe apenas a pessoas socialmente prestigiadas e favorecidas, para que todas possam narrar suas realidades e histórias.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência.¹¹

Djamila Ribeiro é objetiva em discorrer que o “conceito” de lugar de fala não é único e não tem uma epistemologia fechada e que sua gênese não é tão exata. Ao aprofundar o debate proposto deste capítulo, Djamila desenvolve suas ideias ancorada nas teorias de Patricia Hill Collins, a qual posiciona-se dizendo que Lugar de Fala não é um “ponto de visto” individual, mas que Lugar de Fala se posiciona no coletivo:

Não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.¹²

A ideia de Lugar de Fala se eleva enquanto epistemologia quando advêm do coletivo, quando considera os grupos sociais, quando se rompem apenas as questões individuais. O que

¹⁰ RIBEIRO, 2017, p. 51.

¹¹ RIBEIRO, 2017, p. 64.

¹² RIBEIRO, 2017, p. 61.

importa são as vivências e experiências na e da coletividade, pois são essas vivências em grupos sociais que serão relevantes para as reflexões e a construção desse conceito. Uma brecha tem de ser aberta aqui para explicar que um coletivo ou grupos sociais não são entendidos como um amontoado de indivíduos, mas como individualidades e sujeitos pertencentes a determinados grupos onde partilham experiências similares. A autora é categórica ao dizer: “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania.”¹³

A autora aprofunda esse debate a partir da localização dos grupos sociais nas relações de poder, considerando marcadores, tais quais gênero, classe, raça, geração e sexualidade, como construções sociais. Em suma, ressalta que todos têm lugar de fala e que cada um está posicionado em um lugar social e fala a partir dele.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão expressar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu [...]¹⁴

Um outro ponto em que a autora é cirúrgica diz respeito à diferença entre lugar de fala e representatividade, pois, por serem muito parecidos, acabam confundidas ou usados como sinônimos. Lugar de fala não tem como objetivo fazer o outro ou alguém calar; lugar de falar não é dizer para o outro: aqui você não tem lugar. Pelo contrário, todos têm lugar de fala, só que essa fala sempre tem que ser contextualizada. Isto quer dizer que quem fala tem de saber e ter consciência do seu lugar social e de onde fala. A fala deve ser contextualizada, um branco pode falar sobre racismo e escravidão, desde que saiba da sua posição de falar.

Lugar de fala não se trata de questões individuais, mas sim de uma questão de estrutura social e reconhecimento de que somos produzidos e enunciados a partir de certas realidades e marcas sociais. Uma pessoa branca, ao falar sobre racismo, tem que saber de onde está falando, que esta fala é a partir de sua perspectiva e que ela se beneficia e tem privilégios de todo um sistema e estrutura social. Uma pessoa branca pode falar sobre racismo, mas não deve falar como se sofre racismo, ou conceituar como é ou não sentir e sofrer atos de racismo, essa pessoa branca deve saber que o seu lugar de fala é um lugar que tem privilégios raciais e reconhecer de onde está falando. É necessário um compromisso ético de ser antirracista. Ribeiro segue trazendo outros exemplos:

¹³ RIBEIRO, 2017, p. 61.

¹⁴ RIBEIRO, 2017, p. 86.



Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem.”¹⁵

Seguindo para o derradeiro capítulo, nomeado como “Todo mundo tem lugar de fala”, a autora retoma, de forma crítica e reflexiva, os conceitos, ideias e debates suscitados nos capítulos anteriores. Sempre pontuando que ela, de forma alguma, teve o objetivo de impor uma epistemologia da verdade.

“Lugar de Fala” é um livro capaz de introduzir, além dos temas e conceitos sobre feminismo, feminismo negro ou caminhada histórica e intelectual do feminismo negro. É aprender que o debate sobre lugar de fala vai para além de discussões individuais, passa pelas práticas sociais e discursivas impostas pelo nosso sistema, imbuído e transpassado por técnicas, atividades e operações sofisticadas, racistas e preconceituosas de todas as ordens. É aprender que podemos romper o silêncio imposto por este sistema.

Um livro importante para as pessoas que se posicionam de forma ética e política nesses tempos, cujo ovo da serpente já está chocado. De uma forma provocante, Djamila inicia sua escrita citando Lélia Gonzalez: “o lixo vai falar, e numa boa.”¹⁶ E eu fecho essa resenha parafraseando a ativista negra e escritora estadunidense Alice Walker, “Não pode ser nosso amigo quem exige nosso silêncio.”

[Recebido em: Maio de 2019/
Aceito em: Junho de 2019]

¹⁵ RIBEIRO, 2017, p. 83-84.

¹⁶ RIBEIRO, 2017, p. 90.